

Comunicado de imprensa

Preocupações levantadas sobre as alterações aos Currículos nacionais do Pré-escolar e Primário

Data: 8 de fevereiro de 2018

Contato com a média: Cisca Alves, Fokupers (77310355) e Rosi de Sousa (77779555)

Na semana passada, um grupo de organizações nacionais e 70 cidadãos enviaram uma carta ao Presidente de Timor-Leste, Francisco 'Lu Olo' Guterres, expressando preocupações sobre as alterações propostas às duas leis do decreto que regulam a educação pré-escolar e do ensino básico até ao 6º ano. A carta exorta ao Presidente para que não as promulgue as mudanças, anotando que as mesmas surgiram de repente e não foram baseadas numa avaliação científica e válida, mas, de fato, vão contra uma grande porção de pesquisas que apoiam o currículo *em vigor* (ainda oficialmente estabelecido por lei).

A 25 de janeiro de 2018, um dia antes do Presidente dissolver o Parlamento e anunciar eleições antecipadas, o Conselho de Ministros realizou uma reunião extraordinária e aprovou propostas de alterações ao Decreto-Lei N º3 e N º4/2015. A partir de informações muito limitadas divulgadas pelo Conselho de Ministros, entendemos que as mudanças incluem o aumento das horas mínimas para a pré-escola e a designação do português como a idioma predominante do currículo, com o Tétum assumindo um papel "auxiliar".

A Constituição declara que o Tétum e o Português são ambas línguas oficiais, e afirma que o Tétum e as outras línguas nacionais devem ser valorizadas e desenvolvidas pelo Estado. Apesar das mensagens de alguns líderes contraditórias, o currículo *em vigor* não leciona as línguas nacionais (línguas maternas), mas permite aos professores que nos anos iniciais, usem essas línguas como um apoio fundamental para a compreensão e a inclusão, sempre que uma criança não compreenda o Tétum ou o Português. O currículo *em vigor* alfabetiza e ensina a numerácia primeiramente na língua oficial de Tétum, pois o número de crianças e famílias timorenses que conhecem o Tétum é superior ao que domina o português. Um plano estruturado de progresso da língua ajuda os alunos a transferir o conhecimento e as habilidades que desenvolveram em Tétum para o Português; Esta metodologia foi demonstrada em vários estudos com o objetivo de melhorar o sucesso escolar dos estudantes. O objetivo final deste método é que todas as crianças do país tenham uma compreensão sólida de ambas as línguas oficiais, bem como a compreensão em matemática, ciência e outras disciplinas, antes do final do segundo ciclo (6º ano).

As organizações e indivíduos que assinaram a carta ao Presidente compartilham um compromisso com uma educação efetiva e inclusiva para todas as crianças timorenses, sem qualquer fidelidade compartilhada a um partido político. Os mesmos compartilham a sua forte esperança de que a educação seja um setor dedicado a abordagens baseado em evidências e não uma ferramenta política.

Na carta, compartilham que, de 2013 a 2017, estiveram envolvidos de diferentes maneiras com o desenvolvimento curricular, inclusive através de várias consultas e colaborações, ficando muito surpreendidos ao ouvir sobre essas mudanças repentinas, sem qualquer consulta.

Citando: “Nós entendemos que o currículo em vigor funciona para motivar e realmente valorizar a participação dos alunos e a aprendizagem ativa. Isso é difícil de fazer se os alunos não conseguem entender os seus professores ou até mesmo não se conseguem expressar. Também compreendemos a importância crítica da participação dos pais na escolaridade dos seus filhos e a dificuldade de fazer essa participação acontecer se os pais não entenderem o que os seus filhos estão aprendendo. Foram feitos muitos estudos em vários países, inclusive em Timor-Leste, que apontam para o sucesso da metodologia de progressão linguística “.

Finalmente, as ONGs e os indivíduos pedem ao Presidente que não promulgue as mudanças na metodologia de ensino, quando o Governo ainda não pode mostrar evidências científicas de que o currículo que passou a ser lei em 2015 não alcançará os objetivos da educação de qualidade. Eles apresentam também a sua disponibilidade para se encontrarem com o Presidente, explicando a sua posição com mais clareza.

As organizações que assinaram a carta incluem: Fokupers, Knua ba Labarik, Fundação Alola, ACbit, AJAR, La’o Hamutuk, Belun, Haburas, Permatil, MOFFE e a Rede de Mulheres de Timor-Leste.